

**50 ANOS DO TRATADO DE ITAIPU: REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE RESISTÊNCIA POR PARTE DOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU NO OESTE PARANAENSE**

**50 YEARS OF THE ITAIPU TREATY: REFLECTION ON THE RESISTANCE PROCESS ON THE PART OF THE AFFECTED PEOPLE BY ITAIPU HYDROELECTRIC POWER STATION, IN WESTERN PARANÁ**

Edson dos Santos DIAS<sup>1</sup>  
Maria José CASTELANO<sup>2</sup>

**Resumo:** Em 2023, completou-se um ciclo de 50 anos desde a assinatura do Tratado de Itaipu pelos governos do Brasil e do Paraguai. Esse marco temporal apresenta ser muito apropriado para uma reflexão sobre o gradiente das consequências da implantação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu sobre a vida de milhares de pessoas, em especial no momento de sua implantação, visto o contexto das contradições do capitalismo no Brasil. O processo de desapropriação de, aproximadamente, 40 mil pessoas, residentes do lado brasileiro, para a formação do reservatório de Itaipu, foi marcado pela reação de parcela dos desapropriados, na virada das décadas de 1970 para 1980, contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nosso objetivo, neste artigo, é analisar o processo conflituoso de implantação da Usina de Itaipu no Oeste do Paraná e a gradual tomada de consciência, por parte dos atingidos, da necessidade de resistir diante das ações tomadas pelos representantes do Estado brasileiro para garantir a implantação do megaprojeto hidrelétrico de Itaipu Binacional. Trata-se de um estudo bibliográfico e de levantamento documental sobre a questão, por meio da consulta a um conjunto de documentos, como entrevistas publicadas, trabalhos acadêmicos e demais bibliografias específicas sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Itaipu; desapropriados; CPT.

**Abstract:** In 2023, a cycle of 50 years was completed since the signature of the Itaipu Treaty by the governments of Brazil and Paraguay. This timeframe appears to be very appropriate for a reflection on the gradient of the consequences of the implementation of Itaipu Binational Hydroelectric Power Station over the lives of thousands of people, in special at the moment of its installation, considering the context of contradictions in Brazilian capitalism. The process of expropriation of approximately 40 thousand people, residents in the Brazilian side, because of the formation of the Itaipu reservoir, was marked by the reaction of portion of those expropriated, at the turn of the 1970's to the 1980's, supported by the Comissão Pastoral da Terra (Earth Pastoral Commission - CPT). Our aim in this article is to analyze the conflictive process of the Itaipu Power Station implementation in Western Paraná and the progressive awareness, on the part of the affected people, on the need of resistance in the face of the actions taken by the Brazilian State representants, in order to guarantee the installation of the hydroelectric megaproject of Itaipu Binational. It is a bibliographical research and a documental survey on the issue, guided by the consulting of a set of documents, such as published interviews, academical studies and further bibliographies on the matter.

**Keywords:** Itaipu; expropriated; CPT.

---

<sup>1</sup> Profº cursos de Graduação e Mestrado em Geografia da Unioeste – Campus de Marechal C. Rondon.

<sup>2</sup> Profª curso de Graduação em História da Unioeste – Campus de Marechal C. Rondon.

## Introdução

Quando analisamos as relações sociais que interagem na sociedade, avançando para além das aparências ideologicamente constituídas, torna-se possível propor caminhos viáveis para a elucidação de uma série de problemas sociais e ambientais ou, ao menos, melhor compreender as diversas implicações envolvidas nesses problemas. Consideramos que essa dimensão mais ampla permite o entendimento da atual concepção hegemônica de progresso e de desenvolvimento econômico, que se encontra estreitamente associada ao processo de industrialização brasileira, mesmo que repleta de contradições e conflitos que pesam desfavoravelmente sobre determinados segmentos sociais mais vulneráveis.

No Brasil, o capitalismo se desenvolveu de forma hiper-tardia, conforme definição de Chasin (1999). Aqui, o processo de industrialização se dinamizou apenas na década de 1950 e, desde os seus primórdios, dependia de capitais externos para investimentos internos. A maioria da população sempre permaneceu excluída - sem acesso à instrução elementar, à saúde, às liberdades políticas e à reforma agrária.

O projeto de industrialização brasileiro, consolidado a partir do golpe civil-militar de 1964, foi capitaneado por um grupo de militares aliados ao capital-imperialista, e contou com o apoio da burguesia agrária e industrial, além de setores da classe média, o que resultou na alternância de presidentes gerais no poder entre 1964 a 1985.

No contexto político do “terrorismo de Estado” (Padrós, 2013) que predominou naquele momento histórico no País, o aparelho de Estado (enquanto instância política, ideológica e administrativa) atuava com forte repressão aos seus críticos e opositores. Ademais, apresentava-se como indutor de vultosos investimentos em **obras de grande escala**, que deixariam registros de uma época por décadas no futuro, além de impactos sociais e ambientais que também perdurariam por longo tempo e extenso território.

Por obras de grande escala nos referimos a empreendimentos de expressivas dimensões, viabilizados por altos investimentos, os quais alteram substancialmente o arranjo socioespacial onde são implantados, a exemplo de grandes hidrelétricas e mineradoras. As decisões para a implantação destes empreendimentos ocorrem a partir de iniciativas de determinados setores do capital e do Estado, nos quais predomina a falta de transparência ao acesso às informações e a ausência de participação dos setores populares, ou seja, de todos os atingidos no processo, desde a elaboração do projeto até a sua execução e implantação. Durante o período da última

Ditadura civil-militar no Brasil, muitas dessas obras foram impostas sem a mínima abertura para o contraponto.

Dentre as realizações que podem ser definidas como grandes projetos de desenvolvimento, a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional se mostra um exemplar estudo de caso e objeto de análise neste artigo. Quando houve a divulgação do projeto de implantação do empreendimento, a cobertura jornalística regional se limitou a abordar as situações de conflitos/discordâncias como um caso isolado, sem indicar possíveis contradições envolvidas, isso quando não adotou um viés enaltecedor da “importância econômica” e do “símbolo de progresso” representado pela usina.

Nosso objetivo é analisar criticamente esse tipo de abordagem e alertar que esta é uma questão bem mais complexa. Por um lado, precisa ser entendida como uma problemática estrutural, sistêmica no conjunto de suas correlações, que possui como pressuposto motivador a lógica de acumulação do capital, no momento de crise do projeto econômico instaurado no final da década de 1970, pelos militares. Por outro lado, os grupos sociais atingidos localmente possuem particularidades nas suas relações enquanto comunidade e com o seu meio natural, somadas à determinada conjuntura política e econômica quando confrontados pelas barragens que são exclusivas para aquele local e aquele momento.

Essas mediações no tempo e no espaço permitem uma aproximação do entendimento das estratégias, ações e reações dos sujeitos sociais envolvidos (grandes empresas privadas, Estado, população atingida) no que têm de permanência, repetição e, também, de diferencial e singularidade.

Instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai, o Tratado de Itaipu foi assinado em Brasília, no dia 26 de abril de 1973. Logo, no ano de 2023, completou-se 50 anos da assinatura deste acordo. Não se trata apenas de uma efeméride, pois, conforme consta no Tratado, foi acordado entre as partes que o Anexo C do mesmo, que aborda as bases financeiras e de prestação de serviços, seria revisto quando a dívida para a construção da Hidrelétrica fosse quitada, o que ocorreu no ano de 2023.

No contexto de comemoração, por parte da empresa Itaipu, dos 50 anos do Tratado, nosso objetivo neste artigo é promover uma reflexão do processo conflituoso de implantação da Usina de Itaipu no Oeste do Paraná e rememorar a luta e a resistência, por parte dos atingidos, diante da implantação do megaprojeto hidrelétrico de Itaipu binacional. Isso faz-se necessário

como contraponto reflexivo à intensa propaganda realizada pela Itaipu que omite as contradições próprias do processo de fundação da Usina.

Trata-se de um estudo realizado a partir da consulta a um conjunto de documentos, como entrevistas publicadas, trabalhos acadêmicos e demais bibliografias específicas sobre o assunto.

A organização do artigo foi elaborada de forma a apresentar, inicialmente, o esclarecimento sobre quais as condições políticas e econômicas existentes no Brasil no momento de construção de uma usina hidrelétrica com as proporções de Itaipu, e o seu caráter binacional. No item seguinte, passa-se a abordar especificamente a situação conflituosa diante da implementação dessa usina hidrelétrica e o movimento de resistência dos desapropriados, assim como a ação fundamental desenvolvida pelos integrantes da CPT para organizar esses trabalhadores atingidos. Nessa parte do artigo optou-se por apresentar passagens extraídas de entrevistas concedidas por lideranças da CPT à época, assim como trabalhadores envolvidos no movimento por indenizações mais justas.

### **Contexto histórico da implantação da U.H. Itaipu Binacional**

O período compreendido pelos governos militares foi marcado pelo planejamento e pela implantação de grandes projetos. Conforme Moreira:

A fórmula da recuperação industrial dos estados e regiões é a política de instalação de indústrias de bens intermediários, em geral na forma de pólos mínero-industriais, e de usinas hidrelétricas de grande porte em pontos estratégicos da periferia nacional, localizadas ao longo das periferias regionais de São Paulo, acompanhada de uma expansão da fronteira agrícola e maior difusão dos meios de transferência pelo território nacional, de modo a atender a demanda de circulação de transportes, comunicação e energia entre regiões e pólos e favorecer o florescimento industrial para além do Sudeste. (MOREIRA, 2015, p. 135).

A **Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional** representa, tanto no plano simbólico como no material, uma das principais obras de engenharia realizadas em todo o País durante o governo militar, ao lado de outras de dimensão semelhante, como a **Rodovia Transamazônica** e a **Usina Nuclear de Angra**, dentre outras megaobras que absorveram grande soma de investimento financeiro e contribuíram para o endividamento do Brasil junto ao setor financeiro internacional.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, com a formação do seu respectivo reservatório, alterou sobremaneira o arranjo socioespacial existente no entorno do rio Paraná, na área de fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Não seria exagero afirmar que é possível identificar dois momentos distintos relativos ao espaço de fronteira Brasil-Paraguai, aquele marcado pela fase anterior e um outro pela fase posterior à implantação da U.H. de Itaipu, em razão da diversidade e da escala dos desdobramentos sociais, econômicos, políticos e ambientais que afetaram esse espaço de fronteira.

A submersão do conjunto de quedas d'água conhecido como "Sete Quedas" em razão da construção da represa, necessária para o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Itaipu, explicita o papel secundário do meio ambiente diante das forças de mercado e do Estado para viabilizar o projeto, este elaborado para a indústria nacional. O processo de desapropriação de 8.519 propriedades para a formação do lago de Itaipu, atingindo aproximadamente 40 mil pessoas<sup>3</sup> residentes do lado brasileiro, não ocorreu sem gerar conflitos e ficou marcada pela reação de forças sociais, reivindicações e contestações. Ocorrida na virada das décadas de 1970 para 1980, evidenciou a fratura de posicionamento sobre o tema em relação a determinados grupos envolvidos, como os desapropriados, que contaram com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e, do outro lado, o Estado, representado institucionalmente pela Itaipu.

Neste processo de desterritorialização da população residente na área de fronteira pela Itaipu não deve ser subestimada, também, a retirada violenta da população indígena que ocupava a área. A construção da usina teve um impacto direto e decisivo nas relações urbanas de Foz do Iguaçu (Brasil) e de Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este), no Paraguai, além de repercussão sobre diversos outros municípios limítrofes ao lago, nos dois lados da fronteira.

O setor elétrico consta entre as atividades econômicas mais importantes do Paraguai. O objetivo do governo paraguaio com a construção das suas duas usinas binacionais (Itaipu entra em operação com a produção de energia a partir de 1984 e Yaciretá, depois de um longo tempo de planejamento e construção conjunta com a Argentina, foi inaugurada em 1994) foi de agregar recursos externos com a venda de energia para os países parceiros, pois o Paraguai apresenta baixa demanda de energia se comparado a países como o Brasil e a Argentina.

---

<sup>3</sup> Informação retirada de material de divulgação da própria Usina Hidrelétrica de Itaipu, denominado "Itaipu: mitos e fatos", Disponível em: [https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/publicacoes/BX\\_itaipu\\_mitos\\_e\\_fatos\\_21x28cm\\_v2.pdf](https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/publicacoes/BX_itaipu_mitos_e_fatos_21x28cm_v2.pdf). Acesso em: dez. 2022.

Após a sua implantação e a formação do seu reservatório, em 1982, a Itaipu se consolidou como uma empresa estatal de alta relevância, constituindo-se na principal empresa estatal produtora de energia, tanto no Brasil quanto no Paraguai, atuando em um setor estratégico - energético - nesses países.

Para além da produção significativa de energia, atendendo a demanda brasileira, a U.H. de Itaipu teve ações impactantes sobre temas muito diversos, como o orçamento dos municípios limítrofes ao reservatório (em razão do pagamento de royalties), as políticas públicas de incentivo ao turismo (em especial em Foz do Iguaçu), ao ensino superior (implantação da Unila e apoio às engenharias da Unioeste), a implantação de um Programa Ambiental de grande repercussão regional ("Cultivando Água Boa", amplo programa de abrangência em todos os municípios da bacia hidrográfica do Paraná 3) e, mais recentemente, investimentos que viabilizaram a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná e uma terceira sobre o rio Paraguai, que permitem a ligação entre o Brasil e o Paraguai.

Para além do custo financeiro da obra, a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a formação do seu reservatório resultaram em um custo socioambiental de grandes proporções, com a desapropriação de quase 40 mil pessoas somente no Brasil, conforme indicado anteriormente.

Esse processo de demarcação, indenização e saída das famílias envolveu muita disputa política e econômica e, também, contou com a participação de congregações religiosas dos municípios atingidos, comerciantes afetados com a diminuição das vendas, entre outras instituições, como sindicatos, que, no decorrer das negociações, ingressaram no movimento de reivindicação por uma indenização justa (GERMANI, 2003).

Em 1978, o jornalista e assessor de imprensa da CPT, Carlos Moura, esteve no Oeste do Paraná para conhecer a situação dos agricultores atingidos pela implantação da Usina de Itaipu e publicou, pela CPT Nacional, um livreto com o sugestivo título "O Mausoléu do Faraó: a Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná". Esta publicação de 50 páginas divulgava a situação dramática enfrentada pela população a ser atingida pela construção da hidrelétrica. Sobretudo, denunciava o poder desigual no processo de negociação entre os desapropriados e os representantes da Itaipu. A publicação tinha o objetivo de revelar:

- 1) A tensão e o medo dos colonos em falar sobre a Itaipu;
- 2) A desorganização inicial dos proprietários rurais e a dificuldade de circulação das informações entre os moradores;

3) As táticas perversas de abordagem aos agricultores realizadas pelos representantes da Itaipu;

4) O drama social, econômico e cultural das famílias que seriam e foram expropriadas pela Itaipu.

Ainda conforme este documento, os colonos, como são chamados os pequenos proprietários rurais no Oeste paranaense, foram abandonados à própria sorte, sem a preocupação de se promover uma política pública de reassentamento que procurasse amenizar alguns dos problemas, como a manutenção dos grupos e famílias próximos, a garantia de manutenção da posse da terra em iguais condições e a destinação de terras férteis. Além disso, as medidas tomadas por parte do Estado foram marcadas pela falta de transparência no processo de cálculo das indenizações.

Cumprе destacar que um empreendimento da dimensão da Hidrelétrica de Itaipu, em uma região densamente povoada, em qualquer momento histórico representaria um grande impacto, resultando em mudanças que repercutiriam nas dimensões ambiental, social e econômica. Mas, nas décadas de 1970 e 1980, quando o Estado se encontrava sob domínio de governos militares, imperava uma conjuntura política adversa à qualquer possibilidade de debate aberto ou manifestações populares. É preciso alertar para a necessidade do real entendimento quanto à gravidade da ação violenta exercida pelo aparelho de Estado contra qualquer manifestação de contestação política durante o governo militar, o que imprimia maior pressão sobre as pessoas que teriam o seu cotidiano diretamente atingido.

Consideramos relevante ressaltar esse contexto político da região Oeste do Paraná para demonstrar o predomínio das forças políticas pró-governo quando emerge o descontentamento por parte dos agricultores atingidos pela Usina de Itaipu, à medida que percebem as consequências sobre suas vidas cotidianas, o que confere à conjuntura que se formou maior nível de contradição e dificuldade nas ações de organização dos atingidos.

O extremo Oeste paranaense foi marcado por diversas intervenções dos militares nas décadas de 1960 a 1980, como a indicação, pelo governo militar, dos prefeitos de municípios localizados na faixa de fronteira correspondente a 150 km a partir da fronteira com países vizinhos, denominada Área de Interesse da Segurança Nacional.

A Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, declarava de interesse da segurança nacional um conjunto de municípios localizados em área de fronteira, que eram nomeados por estados. No caso do Paraná, constavam nominalmente os municípios de Barracão, Capanema, Foz do

Iguaçu, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola D'Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu. Conforme o Artigo 2º dessa Lei:

**Art. 2º.** Os Prefeitos dos Municípios especificados no artigo primeiro serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República.

*Parágrafo único.* Se o nome escolhido não merecer aprovação do Presidente da República, êste, por intermédio do Ministério da Justiça, comunicará ao Governador do Estado, sua decisão, devendo ser feita a indicação de novo nome, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar daquela comunicação (BRASIL, 1968).

O teor da Lei exposta acima é um bom indicativo da conjuntura antidemocrática e da tentativa, por parte do Estado ditatorial Civil-militar, de amplo controle sobre a esfera política e, por consequência, social e econômica dessa porção paranaense, onde se planejava construir a maior usina hidrelétrica do País.

Por conta desse interesse estratégico, em razão da localização em área de fronteira, essa região recebeu muitos investimentos do Estado em infraestrutura, o que contribuiu com o rápido processo de urbanização, assim como com a inserção do setor rural na modernização agrícola, o que levaria à consolidação do cultivo da soja como cultura predominante em diversos municípios dessa parte do Paraná.

Os militares e a sua representação partidária à época - a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - usaram a constituição da Área de Interesse da Segurança Nacional para impor suas políticas aos municípios, por meio da nomeação de prefeitos e do controle do envio de verbas. É nesse contexto político, social e econômico que muitas famílias foram expropriadas, a fim de viabilizar a materialização da Hidrelétrica de Itaipu. Foi este cenário de mudança radical da paisagem no extremo Oeste paranaense, com desdobramentos diretos nas condições de vida das pessoas, que motivou, ou talvez seja mais apropriado dizer “forçou”, a mobilização dos agricultores, dando início ao movimento denominado **Justiça e Terra**.

Considerando a relevância que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) representou nesse processo, no próximo item será detalhada a sua organização no Oeste paranaense, assim como a sua participação direta na composição de apoio às famílias atingidas.

## O conflito da Itaipu com os desapropriados e a atuação da CPT

O Movimento Justiça e Terra se constituiu a partir da mobilização dos atingidos e com o apoio da CPT, fundada nesse contexto no Oeste do Paraná. Este Movimento, com a assessoria de pastores luteranos integrantes da CPT local, passou a reivindicar o pagamento das indenizações em terras no próprio Estado do Paraná e melhores preços pelas benfeitorias e áreas inundadas.

Para a CPT, a luta e a crítica a ser formulada se dava de forma comunitária e na constituição de sua própria experiência de mobilização, como nas Comunidades Eclesiais de Base, na Igreja Católica. Almejava-se a permanência na terra ou, ao menos, uma melhor indenização para o colono poder seguir como agricultor. Nesse processo, homens e mulheres aprenderam a ter coragem a dar voz aos seus pensamentos e descobriram que não estavam sozinhos e que a luta deveria ser travada com o apoio do outro.

Na avaliação de Kirinus, pastor Luterano e primeiro secretário da CPT no Paraná, havia uma homogeneidade de classe que aproximou as pessoas. Conforme Kirinus (1979, p. 137), “O trabalho de base nasce no seio da própria Igreja, isto é, nas comunidades – especialmente as do interior – que aglutinam pessoas homogêneas em termos de classe social. E por isso mesmo tem interesses comuns [...]”

É importante destacar que a Itaipu tratou posseiros, meeiros, minifundistas e pequenos e médios proprietários em condições desiguais. Aqueles que tinham suas terras regularizadas e melhores condições financeiras, quando não aceitaram as propostas, organizaram-se e buscaram advogados para orientá-los como proceder. É o caso de um ex-prefeito da região, cujo genro radialista fazia o curso de Direito e trouxe um professor especialista com experiência de São Paulo para orientá-los (ZIMMERMANN, 2006). Mas essa não era a regra, ao contrário, a maioria não tinha informações ou recursos, possuía pouca escolaridade e estava em desvantagem em relação aos negociadores da Itaipu.

Mesmo o grupo de advogados que assessorava a CPT naquele momento reconhecia que não dispunha de condições de apoio à altura para negociar com a Itaipu. Na avaliação de Pizzato, advogado que na época assessorava a CPT, “a Itaipu tinha o melhor corpo jurídico no Brasil do lado deles. E nós, sentávamos numa mesa pra discutirmos a nossa situação e Itaipu defendendo interesses deles, é claro, [...]” (PIZZATTO *apud* SCHMITT, 2008, p. 06).

Ademais, havia no início o receio dos desapropriados em fazer críticas à Itaipu. Ainda conforme Pizzato (2008, p. 06), “eles [os desapropriados] têm medo de se complicar. Sabem

que dependendo o que fala amanhã, ou depois tão ali, pode ser usado contra você. As pessoas já não gostam de falar com pessoas estranhas, imagina num assunto de nível desses.”

Quando observamos o contexto, que extrapola a pequena comunidade luterana da região, percebemos que não havia homogeneidade nas categorias de trabalhadores e proprietários, mesmo sendo a região Oeste marcada pela pequena e média propriedade. Havia colonos minifundistas, pequenos proprietários e posseiros que não possuíam a produção mecanizada. Muitos proprietários não tinham as terras regularizadas, impossibilitando empréstimos em bancos. Parte da renda de sua atividade era oriunda da criação de suínos, mas naquele período a atividade foi abalada pela crise na suinocultura, levando alguns bancos a executá-los pelas dívidas adquiridas ao serem avalistas de empréstimos dos Frigoríficos, conforme lei vigente na época.

Sobre as diferenças da propriedade Marx afirma que:

A grande propriedade fundiária acumula os juros, que o capital do reideiro produziu por meio da melhoria da terra e do solo. A pequena propriedade tem de empregar o próprio capital: desaparece assim todo este lucro.

O pequeno proprietário, que trabalha por sua conta, encontra-se assim perante o grande proprietário na mesma relação que o artesão, com instrumentos próprios, tem para com o dono de uma fábrica. A pequena propriedade transformou-se em simples instrumento de trabalho. (MARX, 1983, p. 148)

Como muitos produtores rurais perderam seus instrumentos de trabalho, alguns se viram obrigados a se somar a um enorme contingente de trabalhadores volantes – chamados de “boia-fria”.

Nos anos setenta, alguns agricultores já se encontravam organizados nas **Comunidades Eclesiais de Base** e na **Pastoral Rural** em Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguçu, Matelândia, entre outros municípios da região. No contexto da implantação da Itaipu e na necessidade de organizar e apoiar os atingidos, foi fundada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Paraná, liderada pelo pastor Luterano Kirinos, que, já em meados dos anos 1970, buscava mobilizar os agricultores e os seus sindicatos para uma crítica ao regime político.

Para os pastores da **Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil** (IECLB), a CPT representava a oportunidade de fazer um trabalho religioso, social e político junto às comunidades luteranas, como a realizada por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) da Igreja Católica. Esses pastores acreditavam que a Igreja Luterana deveria se engajar na luta e nos conflitos de seus fiéis expropriados, inspirados no trabalho realizado pela Comissão Pastoral da Terra, que se posicionou a favor dos posseiros no Norte do Brasil, e promover uma

crítica ao projeto fundiário de desenvolvimento do capital, que naquele momento provocava um grande êxodo rural.

Apesar da predominância da vinculação dos líderes religiosos luteranos na região com a base governista, em meados dos anos 1970, houve a mobilização de alguns poucos pastores para compor a oposição ao governo militar através da organização, no Oeste do Paraná, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Não é demais ressaltar que, naquele momento da história brasileira, o MDB era o único partido de oposição ao regime militar que possuía reconhecimento formal e que, no Oeste paranaense, os candidatos vinculados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, possuíam hegemonia completa, realçando a predominância da matriz política conservadora.

As contradições no processo de resistência à hidrelétrica por parte de agricultores, que tradicionalmente apoiavam (ou se submetiam) à estrutura do Estado militar, podem ser verificadas, por exemplo, por meio da análise da poesia escrita por um agricultor, em 1981, durante um acampamento organizado pelos agricultores do **Movimento Justiça e Terra**, próximo ao canteiro de obras da Itaipu, em Foz do Iguaçu.

Quinze dias de luta  
E quinze dias de sofrimento  
Que nós temos aqui reunido  
**Porque a terra subiu demais**  
**E a Itaipu poucos por cento**  
Já fomos levado 4 anos  
E ainda não chegou este momento

**Eu sempre votei a favor do governo**  
**Até mesmo nesta última eleição**  
E o dia que nós chegamos aqui  
Com toda a nossa razão  
Nós fomos chamado de político  
Isto que me dói no coração  
Os colonos têm seus direitos  
Porque são a raiz desta nação.  
(KUHN, 1981, grifo nosso)

Este poema é revelador da situação contraditória vivida por muitos agricultores atingidos pela obra da usina, que durante muito tempo foram apoiadores e eleitores dos governos militares e, diante da ação opressiva por parte do Estado, “despertaram” para a sua real condição diante dos interesses do grande capital garantidos pelo governo autoritário de plantão.

Mesmo com um histórico de apoio ao governo ditatorial, os agricultores desapropriados se percebem em um contexto de tensão e pressão que os obriga a se mobilizarem para obter o direito à indenização que consideravam justa pelas suas terras e posses. Mas, no processo de luta, percebem a assimetria de poder entre eles e os negociadores da Itaipu.

Na sequência do poema, o agricultor poeta, Kuhn, mostra que o movimento dos agricultores é acusado de fazer oposição política ao regime militar: “E o dia que nós chegemos aqui/ Com toda a nossa razão/Nó fomo chamado de político”. Ele que sempre apoiou o regime: “Eu sempre votei a favor do governo/ Até mesmo nesta última eleição”, agora é reprimido pelos representantes locais do governo, por fazer, supostamente, oposição ao mesmo. Trata-se de uma situação limite, que leva determinados sujeitos sociais a um novo patamar de consciência social que emerge neste processo conflituoso de luta.

Essa situação remete à análise mais abrangente feita por Thompson, quando este afirma que a classe deve ser compreendida como “[...] uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta [...]” (THOMPSON, 1997, p. 57).

Nas reuniões de negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com a Itaipu, os agricultores tinham dificuldades de enviar assessores, advogados, pastores ou representantes do sindicato. Nesse momento, eles perceberam que a luta era desigual, pois, do outro lado, estariam os assessores, advogados e engenheiros da Itaipu com manobras para tentar cooptar dirigentes de sindicatos, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), que iniciou as negociações com a empresa. Sobre esse episódio, Fuchs, outro pastor luterano ligado à CPT, em entrevista concedida a Matiello, relata como a participação da FETAEP era problemática:

Em março de 1982, eu forcei a barra e entrei na última reunião que teve com Itaipu. Eu já era, vamos dizer assim, mal visto pelo pessoal da Itaipu desde o início. Porque depois daquela assembleia de abril de 1979, teve uma audiência que o Lázaro Dumont, da FETAEP, organizou com o general Costa Cavalcanti, lá dentro do centro administrativo de Itaipu. E depois a gente descobriu que eles apresentaram as reivindicações dos agricultores, mas diziam que se não desse para atender, estaria tudo bem. E descobrimos também que a Itaipu pagou avião para os caras da FETAEP, levou eles para os cassinos na noite anterior, pagou hotel... E nós como agricultores, agindo de boa fé, levando as reivindicações e o Lázaro, querendo fazer o mestre de cerimônias, ia amaciando as coisas. Função de pelego, né? (FUCHS *apud* MATIELLO, 2011, p. 203)

O pastor Fuchs, que assumiu a secretaria da CPT em razão do afastamento do Pastor Kirinus para concorrer ao cargo de deputado estadual nas eleições de 1978, revela que foram aprendendo a trabalhar com o coletivo para um enfrentamento mais efetivo com a Itaipu. Por esta razão, quando foi impedido de compor o grupo de negociadores do movimento Justiça e Terra, já estavam preparados para o enfrentamento. Conforme Fuchs:

E geralmente eu tinha como princípio, nunca encarar uma coisa sozinho. A única vez que eu tentei resolver um problema sozinho, no lugar dos agricultores, eu me dei mal. Foi quando eu levei a causa de um deles para o escritório em Marechal Rondon e os caras lá sabiam mais do que eu e me rebateram. Aí eu nunca mais fui sozinho. Sempre levei os agricultores junto. Os próprios interessados, né? E fazia eles falarem, muito mais do que eu. Então por isso não era ruim não ser admitido nas reuniões de Itaipu. Os agricultores sabiam que eu não ia ser admitido e sabiam que precisavam se preparar. Os sindicatos locais eram muito despreparados e o pessoal também não tinha muita confiança em político, então eles sabiam que eles mesmos tinham que se preparar. (FUCHS *apud* MATIELLO, 2011)

A partir das evidências apresentadas, constata-se que as atividades de formação política na CPT contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência nas lideranças, que protagonizaram suas ações a partir das experiências de militância emergidas no enfrentamento das contradições sociais. Isto pode ser constatado pelas ações concretas de mediação no conflito emergido no Oeste paranaense.

No Brasil, o processo de constituição do capitalismo foi hiper tardio, e as classes não se assentaram da mesma maneira como nos países de economia central. Entretanto, a situação específica aqui abordada nos remete para a análise mais abrangente feita por Thompson, quando este afirma que a classe operária inglesa se fez como resultado de experiências comuns de homens e mulheres. Para além da objetividade histórica, há o caráter subjetivo dos sujeitos sociais.

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. [...] Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. **A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.** (THOMPSON, 1997, p. 9 - 11, grifos nossos)

No Oeste do Paraná, os grupos sociais tinham interesses distintos. Havia um contingente de pequenos e médios proprietários capitalizados, que usavam insumos, possuíam as terras mecanizadas e produziam *comodities* para a exportação. Alguns agricultores desapropriados fizeram a negociação individualmente com a ITAIPU e até puderam explorar as terras já negociadas enquanto aguardavam a data da inundação da área. No entanto, parcela significativa dos atingidos se encontrava em situação muito desfavorável e a CPT representou um papel estratégico na organização destes desapropriados, que, por várias razões, estavam em desacordo com as propostas. Trabalhar com questões coletivas foi uma tática da CPT para poder garantir alguma condição de negociação, além da assessoria dos advogados da **Comissão Justiça e Paz**.

O documentário “Desapropriado”, produzido por Frederico Füllgraf, cineasta paranaense, mostra uma assembleia do Mastro, movimento que abarcou os trabalhadores que não foram indenizados, organizada com o apoio da CPT e ocorrida em 1983. Durante esta assembleia, é possível perceber na fala do agricultor a mudança de visão com relação a eles mesmos. É interessante como o agricultor que conduz a assembleia denuncia o preconceito por traz do discurso de levar a modernidade para o Norte do país, elaborado durante a Ditadura Militar, que pretende a qualquer custo modernizar o Brasil. Os colonos do Sul, ao aceitarem participar nos projetos de colonização propostos, seriam os agentes desta modernização.

Apresentamos, a seguir, a fala de um dos líderes do Mastro, Marcelo Barth, perante a representante do Incra, durante a Assembleia dos agricultores, em que se posiciona contrário a esta concepção:

O Mastro reafirma mais uma vez o seu objetivo principal: Queremos terra no Paraná. O Incra oferece para os agricultores sem-terra, o Mastro, os projetos de colonização no Pará, no Sul da Amazônia, no território de Roraima, no Estado do Acre dizendo que o Brasil precisa levar os agricultores do Sul para o Norte. Não só porque estão sem-terra, mas porque são melhores trabalhadores rurais que aqueles do Norte. O Mastro acha que o homem da terra do Norte é tão bom trabalhador quanto do Sul e que não adianta levar o sulista para o Norte e trazer nordestino para ser mão de obra barata na cidade. (BARTH *apud* FÜLLGRAF, 1983)

Em uma entrevista concedida por Mazzarolo, jornalista e membro da Comissão Justiça e Paz, vinculada à CNBB, em 2011, ele faz a sua avaliação sobre a relevância da atividade da CPT e sua influência nos movimentos emergidos na região, com o direcionamento das ações para a luta sem o confronto direto com os militares e, posteriormente, não se desviando para um confronto armado.

Então eu digo, se não fosse por essa orientação [de assessoria da CPT] que acompanhou o movimento desde o seu nascimento, hoje, ao invés do MST, nós teríamos umas FARC, Sendero Luminoso, essas coisas... É o que eu digo pras pessoas que questionam o MST, “O que vocês preferem, as Farc?”, “É, mas eles também cometem violência!”, “Que violência?”. Eles invadem terra, que violência é essa? Isso não mata ninguém. O contrário, sim, eles são recebidos a bala pela polícia, jagunços e tal... então esses movimentos têm essa pedagogia. E o MST hoje é esse movimento extraordinário, magnífico, apesar de alguns excessos, mas isso se compreende, é inevitável até, diante da dimensão do problema que está no país [...] (MAZZAROLO apud MATIELLO, 2011).

Chama a nossa atenção a avaliação feita pelo jornalista do papel da CPT junto aos desapropriados, no sentido de contenção para um possível acirramento, indicando que o movimento foi redirecionado com a assessoria das Igrejas cristãs.

Sobre a posição pacífica do **Movimento Justiça e Terra**, em entrevista a Schimidt (2008), o advogado que na época assessorava a CPT, Antonio Pizzatto, relata que “no movimento nunca, nunca houve agressão nenhuma e de nenhuma forma, entende. Houve, porque eu falei, que fiquei temeroso aquela vez em Foz, que nós chegamos a ficar frente com os guardas”. Os atingidos foram orientados a não aceitar as possíveis provocações. Por precaução, a organização formou uma "Comissão de Segurança", a fim de coibir possíveis descontroles de algum agricultor mais exaltado.

As estratégias da Itaipu começaram a ser percebidas pelos agricultores que acompanhavam o desenrolar das ações dos atingidos que foram inicialmente indenizados.

A luta dos desapropriados teve uma dimensão pedagógica e didática muito importante. O processo das indenizações começou e Itaipu começou a acertar, fazer acordos individualmente com os proprietários. Muitos ficavam satisfeitos, outros não, e chegou um momento em que, à medida que o processo se acelerou, muita gente se viu indenizada, levantando acampamento, procurando terra e batendo cabeça. Então começaram a ver que estavam diante de uma situação muito difícil e que iria se criar uma dificuldade tremenda. E eles não tinham nenhum elo, de experiência de luta, de resistência. Todo mundo achava que tinham que encarar pessoalmente e ver no que ia dar. (MAZZAROLLO *apud* MATIELLO, 2011, p. 175)

Na opinião de Mazzarollo, a CPT representou um meio de ligação e articulação entre os atingidos, e, neste processo, surgirão lideranças importantes que se destacaram durante este processo, como o ministro de eucaristia e agente da CPT, Marcelo Barth.

Então deu-se a oportunidade aos agricultores, quer dizer, ninguém assumiu o protagonismo dizendo “nós vamos organizar esse povo e vamos defender”. Não. O que eles disseram foi “Vocês vão se defender.” Aí, então, surgiram as lideranças do seio dos próprios agricultores, no meio de gente que nunca tinha tido experiência de luta contra coisa nenhuma, a não ser contra a seca e o

excesso de chuva, ou contra as pragas, ou contra jagunços, mas que de repente se viram em uma multidão de gente com o mesmo problema e que eles tinham que destrinchar o baralho. **Nesse sentido, o movimento foi altamente pedagógico, educativo e eficiente** (MAZZAROLLO *apud* MATIELLO, 2011, p.169, grifos nossos).

De acordo com Fuchs:

Então as pessoas começaram a se agarrar na gente. Nós queríamos formar um movimento, mas não era tão fácil assim, porque não tinha essa noção de liderança. Eu costumo dizer que só em 1980, no acampamento em frente ao escritório de Itaipu (em Santa Helena), nós conseguimos ensinar para o povo que o nome para isso é “movimento”. Porque no começo, os caras chegavam e diziam “Nós vamos fazer a nossa greve!”. Por quê? Porque a única coisa que eles conheciam eram as greves do ABC, pela TV. Aí dissemos “Não! Isso aqui não é greve, vocês não estão tomando a fábrica, não estão trancando a fábrica, nós estamos aqui fazendo um movimento, um movimento social!”. Aí tinha o Marcelo Barth e outros que captaram isso também, foi só aí que se formou o nome do Movimento Justiça e Terra. Antes não tinha isso, né? (FUCHS *apud* MATIELLO, 2011, p. 196)

**Figura 1** – Mobilização dos colonos atingidos pela implantação da U.H. Itaipu Binacional no ano de 1978.



**Fonte:** Jornal HOJE-FOZ, de 18 a 25 de Julho de 1980, p. 03. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/o-dia-em-que-os-agricultores-ocuparam-a-cidade-de-santa-helena-no-parana/> Acesso em: 15 novembro 2022.

Nos grupos de reflexão, reuniam-se católicos e luteranos para discutir e resolver os problemas mais urgentes. Os pastores Kirinus e Fuchs estimularam a ampliação destes grupos de reflexão na Igreja Luterana, por meio do **Projeto Arca de Noé**, pois já conheciam o trabalho realizado pela Pastoral Rural com as CEBs católicas. Estas formaram a base no princípio da organização, com a circulação de informações, discussões por meio de boletins e orientações e organização dos agricultores, inclusive com atos públicos de protesto, conforme registros apresentados na Figura 1.

Após período de latência, em fevereiro de 1979, houve um novo tensionamento, com a formação do reservatório, e a mobilização dos agricultores em relação à Itaipu retornou com força. Inclusive, a então estudante de pós-graduação, Guiomar I. Germani<sup>4</sup>, que havia contribuído no período inicial com o levantamento das informações dos desapropriados, retornou a pedido do pastor Fuchs para auxiliar novamente nos trabalhos de organização.

Aí ela [Guiomar] montou um escritório lá no acampamento, em julho de 1980, em frente ao escritório da Itaipu. E a gente analisa assim: os focos de resistência vieram de dois lados que a gente nunca imaginou. Um era o pessoal lá do Marcelo (Barth), de Itacorá, onde as comunidades estavam mais ou menos intactas, porque ninguém tinha o documento e não podiam ser indenizados. Então ali a resistência estava mais forte. O outro foco de resistência, que a gente não tinha dado muita atenção, eram os donos das chácaras em torno de Santa Helena, Missal e outras localidades. Havia chácaras, que quando da criação do município, da colonização, eram próximas às sedes e por isso valiam três vezes mais que a área rural. E a Itaipu não queria fazer uma tabela especial para as chácaras, queria pagar a mesma coisa. (FUCHS *apud* MATIELLO, 2011, p. 199)

Outro momento importante que gerou impacto nos agricultores e estimulou a organização de um movimento de resistência à Itaipu foi a visita de um bispo, trazido pelo pastor e então deputado pelo MDB, Kirinus.

O Kirinus trouxe o bispo de Propriá, Sergipe, Dom José Brandão e ele foi lá para o interior fazer palestras, justamente no mês de junho de 1980. Mais ou menos em paralelo com as atividades da Guiomar. Então eu lembro como ele fazia as reuniões dele, contando sobre Sobradinho (Barragem). Ele falava: “Vocês acham, que o presidente Figueiredo – não está sabendo da situação de vocês? Das injustiças que Itaipu está fazendo? Tá sabendo muito bem, tá sabendo, sim! Mas isso não é o presidente quem decide. Sabe quem decide isso? Isso se chama capitalismo!”.

Então nesse interior, em que o pessoal via o bispo só na hora da crisma e depois nunca mais via, poder estar sentado num salão de baile com o bispo e ouvir ele discursar e falar dessas situações, era algo muito importante! E daí dizia ele “E se vocês não se organizarem, vai acontecer com vocês o mesmo que aconteceu com o pessoal de Sobradinho: vocês vão ser carregados em cima de um caminhão do exército e despejados no meio da cidade!”. E a gente via como o queixo do pessoal ia caindo cada vez mais, o pessoal ficava impactado com isso. Então ele fez a parte dele lá em localidades como Porto Mendes e Itacorá e a gente avalia que essa contribuição foi muito importante para o pessoal. Saber que eles têm que fazer alguma coisa, que eles têm que se mobilizar. (FUCHS *apud* MATIELLO, 2011, p. 204)

---

<sup>4</sup> O conflito entre os atingidos e a Itaipu era o tema da dissertação de mestrado que Guiomar I. Germani defendeu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1982, e que muitos anos depois foi publicado na forma de livro com o título “Expropriados Terra e Água – o conflito de Itaipu”. Esse livro tornou-se leitura indispensável para estudiosos do tema e mais importante é destacar que a autora desenvolveu sua pesquisa de forma participante e ativa ao lado da população atingida.

Chama a nossa atenção a avaliação do secretário da CPT acerca da contingência que levou à organização do Movimento Justiça e Terra. Vários fatores foram preponderantes para a articulação dos agricultores, não sendo possível prever "se", "como" e "quando" iria acontecer a eclosão do movimento.

Pretende-se destacar como, ao longo do processo de resistência, os agricultores exteriorizaram a atividade intelectual (por meio de poesias, músicas, produção de panfletos e documentários e da auto-organização). Conforme a compreensão de Gramsci:

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Todo homem fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo [...] contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2000, p. 52-53)

Esta citação de Gramsci nos leva a pensar sobre o processo de tomada de consciência política e social por parte dos agricultores, trabalhadores vinculados à lida no campo em suas terras e granjas. Estes, por meio de outras expressões e linguagens, revelaram uma profícua atividade intelectual, que contribuiu para uma nova conscientização, por meio da práxis coletiva e da leitura de mundo da CPT, ou seja, da ideologia que levou ao enfrentamento de parte dos expropriados junto à direção da Itaipu.

### **Considerações Finais**

Por todo o exposto ao longo deste artigo, percebe-se que a implantação da U.H. de Itaipu representou umas das principais intervenções feitas pelo Estado brasileiro neste espaço de fronteira, impondo as bases para a constituição de um novo arranjo socioespacial na área compreendida mais diretamente pelo seu raio de ação, tanto do lado brasileiro quanto do paraguaio.

A fase específica das desapropriações na região Oeste do Paraná ocorreu entre 1978 e 1982, período em que se verificou a realização de expressivas reuniões e assembleias, nas quais os colonos expuseram problemas, levantaram suas reivindicações e discutiram as propostas apresentadas pela direção da Itaipu. Foi um processo que proporcionou não apenas o entendimento dos expropriados da sua própria condição social, mas também o aprendizado das

novas formas de lutas em curso a partir de meados da década de 1970, como as greves dos operários, o Movimento contra a carestia, entre outros.

O contexto espaço-temporal onde ocorreu a implantação da usina, foi marcado por uma conjuntura associada ao êxodo rural e agravada por constantes migrações que levariam, em um futuro próximo, a novas mobilizações daqueles que não foram indenizados pela Itaipu. Isto contribuiu diretamente com a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel (cidade localizada no Oeste do Paraná), quando, em janeiro de 1984, ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que contou com o apoio de sindicatos e da CPT.

Procurou-se demonstrar que a mobilização diante da construção de Itaipu representou uma forma de resistência às ações do Estado (materializado na Itaipu) e não foi algo isolado do contexto político brasileiro e com consequências apenas locais, mas foi resultado de iniciativas de resistência que eclodiam por todo o País. Por sua vez, também contribuiu com o acúmulo de experiências de lutas e amadurecimento das iniciativas e estratégias diante de situações semelhantes que viriam a ocorrer em outros pontos do País, como demonstra a organização posterior do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

Conclui-se que estas mobilizações não se encerram em si mesmas, com datas precisas de início e fim. Pelo contrário, o caso analisado de resistência diante da Itaipu vai compor, juntamente com um conjunto de outras situações conflituosas e reivindicatórias, a base da renovação e ampliação das novas formas de organizações sociais e partidárias que contribuiram para a reabertura política e a retomada pela democracia.

## Referências

BRASIL. **LEI Nº 5.449, DE 4 DE JUNHO DE 1968 - Publicação Original.** Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 7 março 2023.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no Capitalismo Híper-tardio. Belo Horizonte: UNA Editora. São Paulo: Ed. Ad Hominem, 1999.

CPT. **O Mausoléu do Faraó:** a Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. Goiânia, 1978.

FÜLLGRAF, Frederico. **Desapropriado.** Brasil, Videodocumentário, Mutirão Produções Cine-Áudio-Visuais, 1983.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA. Canoas: ULBRA, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KIRINUS, Gernote. **Entre a Cruz e a Política**. Curitiba: Beija Flor, 1979.

KUHN, Senio. **Quinze dias de Luta**. Mimeo, 1/4/1981. Arquivo CPT-PR.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATIELLO, Catiane. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: História oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina Hidrelétrica de Itaipu**. Dissertação (mestrado em Tecnologia), UTFPR, Curitiba, 2011.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça**. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª ed. São Paulo: Loyola, CPT-PR, 2003.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

PADRÓS, Enrique S. Uruguai: ditadura de segurança nacional e terror de Estado. In: PADRÓS, Enrique S. (Org.). **Cone Sul em tempo de Ditadura: reflexões e debates sobre a História recente**. Porto Alegre: Evangraf/ UFRGS, 2013.

SCHMITT, Judite V. **Os Atingidos por Itaipu: História e Memória Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000**. Dissertação (Mestrado em História), Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2008.

THOMPSON, E. **A formação da Classe Operária Inglesa**. 3.ª, Vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZIMMERMANN, Jadir. **Arlindo Lamb: uma história a ser contada**. Marechal C. Rondon-PR: Editora Germânica, 2006.

Artigo recebido em 29-05-2023  
Artigo aceito para publicação em 30-12-2023